
A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: HISTÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Estudantes: Ana Clara da Silva Carneiro Bispo (ana.7133453@aluno.mg.gov.br);
Eduardo Miranda Simões Brizolla (eduardo.7024515@aluno.mg.gov.br); Giovanna
Maria Lopes Melo (giovanna.11299234@aluno.mg.gov.br)

Orientador: Evandro de Miranda Neves (evandro@eepjis.com)

Resumo

A reforma agrária é uma questão social, econômica e política de extrema relevância para o Brasil, um país com uma história marcada pela desigualdade na distribuição de terras e recursos. Este trabalho apresenta uma análise histórica da luta pela reforma agrária em nosso país, destacando desafios e perspectivas dos principais agentes sociais envolvidos no processo de luta pela transformação do campo. Além disso, abordamos também as políticas públicas relacionadas à reforma agrária e suas implicações na transformação da estrutura fundiária do país.

Palavras-chave: Reforma agrária; Movimentos sociais; Luta.

Introdução

Historicamente a concentração fundiária em nosso país vem se perpetuando com diferentes medidas, tomadas em momentos diversos, que sempre resultam no favorecimento das aristocracias agrárias brasileiras em detrimento da qualidade de vida de famílias da classe trabalhadora.

Desde os primórdios da colonização, ainda no período das Capitanias Hereditárias, quando a distribuição de sesmarias originou um primeiro modelo de latifúndio brasileiro, passando por medidas como a Lei de Terras de 1850 e a recente tese do Marco Temporal das Terras Indígenas, percebemos ao longo do tempo constantes estratégias jurídicas que representam a continuidade de ações deliberadas de exclusão do acesso à terra para a grande maioria da população desse país.

Contudo, apesar da perpetuação de tal disparidade, por sermos daqueles que percebem “a luta de classes como o motor da História”, nossa pesquisa prefere discutir o problema da

concentração fundiária brasileira a partir de uma perspectiva de análise marxista, dando enfoque naqueles que entendemos ser a única possibilidade de solução desse distúrbio, os movimentos sociais de luta pela terra.

Na realização desta pesquisa, para além de um minucioso estudo histórico sobre as raízes da concentração fundiária brasileira e os interesses que perpassam esse processo, buscaremos também compreender as bases legais e as possíveis contradições de um Estado que ao mesmo tempo reprime e respalda a efetivação da reforma agrária.

Desse modo, analisando reportagens, livros, dados estatísticos e até mesmo uma possível visita a assentamentos da nossa região, buscaremos promover um trabalho que contribua com o debate sobre a importância dos movimentos sociais do campo e ao mesmo tempo demonstre como a reforma agrária pode ser crucial para o desenvolvimento sustentável e social do Brasil.

A Reforma Agrária Como Luta Histórica

Desde o seu princípio a estrutura fundiária brasileira gerou diferentes manifestações de insatisfação e resistência por parte daqueles que foram explorados e excluídos pela mercantilização da terra. Se ao longo da História as populações subjugadas buscaram variadas maneiras de se contrapor a opressão, é durante o século XX que os movimentos de luta pela reforma agrária ganham força e se intensificam para mobilizar grandes massas de trabalhadores em diferentes pontos do país.

Nesse caminho, a Constituição de 1988 representou um marco para a reforma agrária no Brasil, ao reconhecer a função social da propriedade e estabelecer diretrizes para a desapropriação de terras improdutivas.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988)

Desde então, várias políticas e programas foram implementados para promover a redistribuição e o acesso à terra para pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terra. Entretanto, apesar dos avanços legislativos e das políticas públicas voltadas para a reforma agrária, o Brasil ainda enfrenta inúmeros desafios que dificultam sua efetivação. Sendo o principal deles o conjunto de interesses das elites econômicas que lucram com o modelo concentrador do agronegócio.

O Antagonismo Entre Agronegócio e Movimentos Sociais

Através de intensas campanhas na grande mídia o agronegócio tem se colocado como um pilar importante da economia brasileira, alegando contribuir significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) e a balança comercial do país. Todavia, para além de toda uma infinidade de problemas ambientais promovidos por esse modelo, a expansão do agronegócio também resulta no deslocamento de comunidades locais, violações dos direitos humanos e condições precárias de trabalho, especialmente para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

A luta contra o agronegócio no Brasil é um desafio complexo que requer ações coordenadas de diferentes setores da sociedade. Por isso, os movimentos sociais pela reforma agrária, muito mais do que apenas distribuir terras visam a promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e inclusivas para garantir a preservação ambiental e a justiça social.

Reforma Agrária Como Instrumento de Democratização e Desenvolvimento

A concepção de reforma agrária defendida por entidades como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vai além de uma redistribuição de chão; é um chamado à justiça, à igualdade e à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Da mesma forma, trabalhos acadêmicos demonstram que o conceito de Reforma Agrária se aplica a diversas ações cujo fim último é tornar a terra acessível a quem nela deseja produzir, reduzindo a concentração nas mãos de poucos produtores.

“A reforma agrária é uma categoria heterogênea, que abrange vários significados e múltiplas dinâmicas sociais. Pode representar qualquer

reforma política e social que visa a desapropriação de terras por trabalhadores camponeses ou pelo Estado com a intenção de atenuar a desigualdade fundiária. Pode ser compreendida, ainda, dentro de um sintetismo comum aos movimentos camponeses, como “ceder a terra para quem nela trabalha” (COSTA, 2014, p.5).

Assim como vários países (capitalistas e socialistas) se beneficiaram muito com o desenvolvimento de algum modelo de reforma agrária, o Brasil também pode se beneficiar. Pois, com mais pessoas envolvidas na agricultura há menos pressão para que as famílias migrem para as cidades em busca de trabalho, assim ocorre ao mesmo tempo uma redução no desemprego que se reflete em melhorias nas expectativas salariais, bem como um alívio sobre a infraestrutura dos centros urbanos. Além da diversificação das culturas e um aumento na produção de alimentos o que reduz a pressão desses produtos sobre a inflação do país e contribui para a segurança alimentar da população.

Só pra constar. Em torno de 228 milhões de hectares estão abandonados ou produzem abaixo da capacidade. Cerca de 40% dos latifúndios são improdutivos no Brasil (INCRA, 2010). Se essa situação fosse revertida por meio de tal reforma o país teria diversos benefícios, como já indicado.

Conclusão

Ao criar empregos, melhorar a saúde, reduzir a pobreza e promover práticas sustentáveis, a reforma agrária contribuiria significativamente para o desenvolvimento social. Esse desenvolvimento social é uma base sólida para um crescimento econômico de longo prazo, criando uma sociedade mais justa e equitativa no processo.

Na conclusão deste trabalho tornamos evidente que movimentos sociais como o MST desempenham um papel crucial na luta pela justiça social e na promoção de uma reforma agrária efetiva no Brasil. Tais movimentos representam não apenas a busca por acesso à terra, mas também a luta por dignidade, igualdade e sustentabilidade para os trabalhadores rurais.

Este estudo reforça a necessidade de políticas públicas que apoiem a reforma agrária, promovendo a participação ativa das comunidades rurais no processo de tomada de decisões. Ao reconhecer e respeitar os direitos dos trabalhadores rurais, o Brasil pode não apenas superar

as desigualdades históricas, mas também construir um futuro onde a justiça social, econômica e ambiental seja alcançada para todos os seus cidadãos. O Movimento dos Sem Terras, assim como outras organizações sociais visões apaixonadas e compromissos com a mudança, continuam a inspirar não apenas o Brasil, mas o mundo, a lutar por um futuro mais justo e equitativo para todos.

Referências Bibliográficas

COSTA, Caetano De'Carli Viana. Sonhos de Abril: A luta pela terra e a Reforma Agrária no Brasil e em Portugal – os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão. Tese de Doutorado em Pós-colonialismos e Cidadania Global. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. 2014. Acesso em 29 de setembro de 2023.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988 em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=232050. Acesso 28 de setembro de 2023.

DANTAS, Tiago. "Reforma agrária"; *Brasil Escola*. Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/reforma-agraria-1.htm>. Acesso em 27 de setembro de 2023.

GUITARRARA, Paloma. "MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mst.htm>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Concentração fundiária no Brasil"; *Brasil Escola*. Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/concentracao-fundiaria-no-brasil.htm>. Acesso em 29 de setembro de 2023.